



**PREFEITURA MUNICIPAL DE PONTO BELO**  
**ESTADO DO ESPÍRITO SANTO**  
**GABINETE DO PREFEITO**  
**CNPJ 01.614.334/0001-18 Código do Município – 0762-5**

---

**LEI Nº 734/2025**

**Dispõe sobre a Criação do Cargo de Agente Visitador do Programa Criança Feliz do Município de Ponto Belo – ES, e dá outras providências.**

O Prefeito do Município de Ponto Belo, no uso de suas atribuições legais, que lhe confere a Lei Orgânica do Município, faz saber a todos, que a Câmara Municipal de Vereadores, deliberou e aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

**Art. 1º** - Fica criada o cargo de Agente Visitador para atender o Programa Criança Feliz.

Parágrafo Único – Os vencimentos para o cargo criado pelo caput do presente artigo ficam fixados em R\$ 1.518,00 (um mil quinhentos e dezoito reais).

**Art. 2º** - Autoriza o Poder Executivo a contratar temporariamente profissionais, para fins de excepcional interesse público, para atuação como Agente Visitador no Programa Criança Feliz, vinculados à Secretaria Municipal de Assistência Social, objetivando atender necessidade de excepcional interesse público, com base no inciso IX do art. 37 da Constituição Federal.

**Parágrafo Único** – Os cargos criados pela presente lei, se extinguirão em caso de encerramento do Programa Criança Feliz.

**Art. 3º** - Para o cargo a que se refere a presente lei, serão criadas 4 vagas, que somente serão preenchidas de acordo com as necessidades estabelecidas pelos parâmetros do Programa Criança Feliz.

**Parágrafo Único** – As especificações exigidas para a contratação de servidores na forma desta Lei são as que constam no Anexo Único desta lei.

**Art. 3º** - A contratação será pelo prazo de até 02 (dois) anos, podendo ser prorrogada, uma única vez, por igual período.



**PREFEITURA MUNICIPAL DE PONTO BELO**  
**ESTADO DO ESPÍRITO SANTO**  
**GABINETE DO PREFEITO**  
**CNPJ 01.614.334/0001-18 Código do Município – 0762-5**

---

**Art. 4º** - O contrato firmado na forma desta lei poderá ser rescindido a qualquer tempo, sem direito a indenização, nas seguintes hipóteses:

- I - pelo término do prazo contratual;
- II - pela extinção ou conclusão do projeto ou atividade contratada;
- III - no caso de falta disciplinar cometida pelo contratado;
- IV - quando ocorrer insuficiência de desempenho do contratado;
- V - no caso de acumulação ilegal de cargos, empregos ou funções públicas;
- VI - quando houver necessidade de redução de quadro de pessoal, por excesso de despesa;
- e
- VII - por iniciativa do contratado ou contratante.

**§ 1º** A extinção do contrato no caso do inciso VII deverá ser comunicada à Administração com a antecedência mínima de 30 (trinta) dias.

**§ 2º** Havendo rescisão do contrato por uma das hipóteses previstas nos incisos I, II, VI ou VII será devido ao contratado o saldo de salário, as férias vencidas e proporcionais, acrescidas de um terço, e o 13º salário proporcional.

**§ 3º** No caso de rescisão do contrato por uma das hipóteses previstas nos incisos III, IV ou V será devido ao contratado o saldo de salário e as férias vencidas.

**§ 4º** Nos casos de rescisão do contrato previsto nesta lei, a respectiva vaga poderá ser ocupada pelo próximo colocado no Processo Seletivo Simplificado pelo período remanescente.

**Art. 5º** - O recrutamento dos profissionais a serem contratados, nos termos desta Lei, observadas as necessidades do Município, ocorrerá mediante seleção prévia, por processo seletivo simplificado.

**Parágrafo único** - A ordem de convocação dos profissionais obedecerá a ordem de classificação final referida no caput deste artigo.

**Art. 6º** - Os profissionais contratados nos termos desta Lei serão submetidos ao regime administrativo, dos demais servidores do Município de Ponto Belo – ES.



**PREFEITURA MUNICIPAL DE PONTO BELO**  
**ESTADO DO ESPÍRITO SANTO**  
**GABINETE DO PREFEITO**  
**CNPJ 01.614.334/0001-18 Código do Município – 0762-5**

---

**Art. 7º** - Ao contratado, na forma da presente lei, estarão assegurados todos os direitos dos demais servidores Públicos do Município de Ponto Belo – ES.

**Art. 8º** - Fica Criada a Função Gratificada de Supervisor do Programa Criança Feliz no valor correspondente a 40% dos vencimentos, devendo o servidor ser indicado pelo Chefe do Poder executivo Municipal por meio de decreto ou portaria,

**Parágrafo Único** – a indicação para a função a que se refere o caput do presente artigo poderá ser feita, a critério do Chefe do Poder Executivo Municipal, a qualquer servidor dos quadros da Secretaria Municipal de Assistência Social, desde que graduado em curso superior de Serviço Social ou Pedagogia.

**Art. 9º** - Os vencimentos e encargos dos cargos e funções criados pela presente lei, serão custeados preferencialmente com recursos oriundos do Programa Criança Feliz.

**Art. 8º** Esta Lei entra em vigor da data de sua publicação.

Ponto Belo – ES, 07 de fevereiro de 2025.

Marcos Coutinho Sant  
Aguida do  
Nascimento:14436483703

Assinado de forma digital por  
Marcos Coutinho Sant Aguida do  
Nascimento:14436483703  
Dados: 2025.12.17 15:14:30 -03'00'

**MARCOS COUTINHO SANT'AGUIDA DO NASCIMENTO**  
**Prefeito Municipal**



**PREFEITURA MUNICIPAL DE PONTO BELO**  
**ESTADO DO ESPÍRITO SANTO**  
**GABINETE DO PREFEITO**  
**CNPJ 01.614.334/0001-18 Código do Município – 0762-5**

---

**ANEXO ÚNICO**

**FUNÇÃO: AGENTE VISITADOR**

**VAGAS: 04**

**DAS ATRIBUIÇÕES**

**Descrição Sintética:** Responsável pelo atendimento domiciliar às famílias, por meio de atividades específicas.

**Descrição Analítica:** Realizar diagnóstico das famílias, crianças e gestantes atendidas através do preenchimento dos formulários de acompanhamento PIM/PCF; Planejar e realizar as visitas domiciliares com apoio do supervisor/monitor; orientar as famílias/cuidadores sobre o fortalecimento do vínculo, parentalidade e estimulação para o Desenvolvimento Infantil; identificar demandas das famílias para além do desenvolvimento infantil e discutir com o supervisor/monitor; acompanhar e registrar resultados alcançados; registrar as visitas domiciliares; acompanhar a resolução das demandas encaminhadas à rede; participar de reuniões de equipe; participar do processo de educação permanente; repasse ao supervisor/monitor ou registrar as informações a serem incluídas no sistema e-PCF (visitas domiciliares e formulários); repassar ao supervisor.

**CONDIÇÕES DE TRABALHO:** Carga horária de 40 horas semanais.

**REQUISITOS PARA INGRESSO:**

- a) Formação completa em nível médio;
- b) Idade mínima de 18 anos.

**FUNÇÃO: SUPERVISOR DO PROGRAMA CRIANÇA FELIZ**

**VAGAS: 01**

**DAS ATRIBUIÇÕES**

Profissional de nível superior, que atuará na implementação e supervisão técnica do Programa, nas atividades de capacitação e educação permanente dos visitantes locais, no apoio ao planejamento e registro de informações no sistema eletrônico do Programa, bem como na articulação dos serviços e das políticas setoriais no território com a política setorial da assistência social;

**REQUISITOS PARA A FUNÇÃO**

- a) Graduação em Curso Superior de Serviço Social ou Pedagogia, estar lotado nos quadros de servidores da Secretaria Municipal de Assistência Social de Ponto Belo – ES.